

» continuação da página anterior

gência Metropolitana para estas duas áreas em Lisboa e Vale do Tejo. “Achamos que pode haver uma concentração de meios nas urgências metropolitanas, como funcionam no Porto, e bem”.

Joana Bordalo e Sá vai por outro lado e defende que a situação desta duas especialidades só se resolverá com garantias de “condições dignas de trabalho e salários justos”, porque, sublinha, “o principal motivo das saídas do SNS nestas áreas é a carga de trabalho, que é brutal, temos colegas que têm de fazer 24 horas de urgência por semana e, às vezes, duas a três vezes por semana”.

Mas não é só. Os dois dirigentes sindicais concordam que, sobretudo na Região LVT, a implantação do setor privado nestas duas áreas “é muito forte” e que “a concorrência é desleal”, destaca Joana Bordalo e Sá. “Começa logo porque oferecem jornadas de trabalho de 35 horas e mais flexíveis, têm menos utentes, não fazem praticamente urgências e os casos que ali chegam são muito diferentes dos do setor público. No SNS trata-se de tudo e de todos, no privado não. Só lá vai quem pode pagar.”

Por isso mesmo, reforça, “a situação é grave para os médicos no SNS, e não é só na Obstetrícia ou na Pediatria, porque existem 60 mil médicos inscritos na Ordem, mas só 31 mil trabalham no SNS, sendo que 10 mil são internos em formação. Se formos a ver, o rácio registado em Obstetrícia e Pediatria é o mesmo a nível geral – só metade dos médicos inscritos na Ordem trabalha no SNS. Se os médicos tivessem melhores condições no SNS, se pudessem ter uma jornada de trabalho mais adequada, se não estivessem obrigados a fazer tantas horas extraordinárias, se tivessem um salário justo, não procurariam opções alternativas.”

Nuno Rodrigues salienta também que os médicos de Obstetrícia do SNS e, em particular de Lisboa e Vale do Tejo, têm hoje a vida mais dificultada porque “apanham muitos casos de grávidas de alto risco, que não tiveram seguimento, e algumas chegam às urgências vindas do estrangeiro”. Para o médico qualquer solução a curto prazo não será fácil, e muita coisa terá de começar pela formação. E explica porquê: “Deve haver incentivos para os médicos assistentes que dão for-

mação, tal como já acontece com os colegas da Unidades de Saúde Familiar Modelo B: os orientadores de internos passaram a receber um suplemento e houve até um aumento do número de médicos disponíveis para darem formação. Mas tais incentivos deveriam estender-se à Obstetrícia, como à Pediatria e a todas as outras especialidades”.

“Ministério devia ter lançado vagas para novos especialistas e não o fez”

O bastonário dos médicos responsabiliza os últimos Ministérios da Saúde pela falta de profissionais no SNS e, em particular, nalgumas especialidades. “Têm feito mal o seu trabalho. Apesar de a Ordem, e eu próprio, vir a alertar há muito tempo para esta situação”, destaca ao DN.

Carlos Cortes aproveita para denunciar uma situação que já é recorrente nos últimos dois anos e que envolve os novos especialistas. “Terminam a formação no início de março e, depois, esperam dois, três e até mais meses para saberem onde vão ficar colocados, porque o Ministério da Saúde não lança as vagas assim que terminam a especialidade. Este ano, estamos na mesma, não se sabe, sequer, quando é que as vagas vão ser lançadas”.

Como explica, “são dois, três ou mais meses em que os novos especialistas estão a ganhar menos do que deviam e com incertezas no futuro”, quando “antes de acabarem o internato, já os grupos privados os estão a aliciar com contratos”.

Carlos Cortes volta a sublinhar que “o Ministério da Saúde tem de aprender com os erros do passado e deve publicar o mapa de vagas para as especialidades o quanto antes, assim que terminam os exames de fim da especialidade, para os médicos orientarem as suas vidas”. Por outro lado, critica também o processo de contratualização dos hospitais, que “deveria ser muito mais ágil, para que algumas unidades conseguissem manter estes profissionais, pois muitas vezes, é a burocracia que afasta os médicos do SNS”. Mas não é só. O bastonário concorda com os sindicatos da classe, quando defendem que “os médicos têm de ter condições de trabalho adequadas para poderem desenvolver o seu trabalho”. “Isto é absolutamente fundamental”, concluiu ao DN.

anamafaldainacio@dn.pt



Álvaro Almeida “São precisos 19 especialistas para assegurar uma urgência e hospitais têm entre oito a 11”

RECURSOS Diretor Executivo do SNS desde fevereiro, economista especialista na área da Saúde, diz ao DN estar a fazer de tudo para encontrar soluções para o encerramento de urgências em Lisboa e Vale do Tejo.

Há hospitais na Região de Lisboa e Vale do Tejo (nomeadamente Amadora-Sintra, Garcia de Orta, Beatriz Ângelo, Vila Franca de Xira, Barreiro, Setúbal, Santarém, Caldas da Rainha) que têm vindo a fechar as Urgências de Obstetrícia ou de Pediatria, alguns as duas, por falta de recursos humanos. A Direção Executiva (DE) está a acompanhar esta situação? Por que continuam a acontecer?

Estes são, efetivamente, alguns dos hospitais com dificuldades em elaborar uma escala que permita o funcionamento ininterrupto do Serviço de Urgência, ora na área de Pediatria ora na área da Obstetrícia. A falta de recursos humanos é, sem dúvida, a principal condicionante, porque um especialista hospitalar com contrato individual de trabalho tem a obrigação de realizar semanalmente até 18 horas da sua atividade no Serviço de Urgência, mas na construção de uma escala existem muitas ou-

TEXTO ANA MAFALDA INÁCIO